



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA  
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR  
COORDENAÇÃO DE CURSO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO  
BÁSICA - PARFOR  
CAMPUS SOUSA**

**MARIA ALZIRA DINIZ BATISTA**

**EXPERIÊNCIA DE UMA IDOSA NA GRADUAÇÃO - PARFOR:  
RELATO DE EXPERIÊNCIA  
E A IMPORTÂNCIA DO PARFOR NA SUA FORMAÇÃO**

**SOUSA/PB**

**2017**

**MARIA ALZIRA DINIZ BATISTA**

**EXPERIÊNCIA DE UMA IDOSA NA GRADUAÇÃO - PARFOR:  
RELATO DE EXPERIÊNCIA  
E A IMPORTÂNCIA DO PARFOR NA SUA FORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física (PARFOR) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Sousa como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Educação Física.

**Orientador: Me. Fábio Marques Bezerra**

**SOUSA/PB**

**2017**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
Edgreyce Bezerra dos Santos – Bibliotecária CRB 15/586

B333e

Batista, Maria Alzira Diniz.

Experiência de uma idosa na graduação-Parfor: relato de experiência e a importância do Parfor na sua formação. / Maria Alzira Diniz Batista. - Sousa, 2017.

40 p.

Orientador: Me. Fábio Marques Bezerra.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Física – IFPB Sousa.

1 História de vida – Maria Alzira Diniz. 2. Formação Profissional – Licenciatura em Educação Física. I Título.

IFPB / BC

CDU – 796:929



CNPJ nº 10.783.898/0004-18

Rua Presidente Tancredo Neves, s/n – Jardim Sorrilândia, Sousa – PB, Tel. 83-3522-2727/2728

**CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A  
EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR**

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**Título:** “EXPERIÊNCIA DE UMA IDOSA NA GRADUAÇÃO – PARFOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DO PARFOR NA SUA FORMAÇÃO”

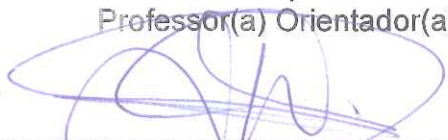
**Autor(a):** Maria Alzira Diniz Batista

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Sousa como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciado(a) em Educação Física.

Aprovado pela Comissão Examinadora em: 29 / 07 /2017.

*Fábio Marques Bezerra*

Prof. Fábio Marques Bezerra  
IFPB – Campus Sousa  
Professor(a) Orientador(a)

  
Prof. Richardson Cerreia Marinheiro  
IFPB – Campus Sousa  
Examinador 1

*Valmiza da Costa Rodrigues Durand*

Profa. Valmiza da Costa Rodrigues Durand  
IFPB – Campus Sousa  
Examinador 2



**Dedico este trabalho....**

À minha mãe, Alzira Leopoldina Diniz - Pina (*in  
memorian*)

A meu pai, Adonias Fernandes do Santos

Aos meus netos, Yury Diniz e Emídio Filho

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por toda a minha história de vida.

Aos meus filhos, Emídio e Enilma, pelo acompanhamento no trajeto de meus estudos.

Aos meus professores, pela paciência nos ensinamentos.

Aos meus colegas, pelo companheirismo nesta jornada de estudante professor.

À minha mãe, que me ensinou a ler.

*Só uma história de vida permite captar o modo como cada pessoa, permanecendo ela própria se transforma. Só uma história de vida põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza os seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma a sua identidade, num diálogo com os seus contextos.*

(NÓVOA, 1992, p.116)

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é de analisar como as experiências de vida de um idoso podem se tornar um exemplo de vida para indivíduos de outra geração, mostrando a necessidade pessoal de formação para atuação profissional na área da educação e da Educação Física dentro da sociedade contemporânea. O trabalho se constitui essencialmente qualitativo utilizando-se unicamente de interpretações sobre a própria vida do indivíduo. A história de vida, utilizada como método, tem como objetivo reconstruir uma experiência humana vivida em grupo e de tendência universal. A história de vida apreende a dinâmica, as características e os parâmetros da cultura individual. Através dela é possível perceber como o sistema sociocultural afeta o comportamento individual, valores e autoimagem e por outro lado, como o indivíduo interfere no ambiente, atuando como uma fonte de mudança. O relato de uma trajetória singular é compreendido pelo prisma da imprecisão, da incerteza, das contradições e da dúvida. O trabalho está dividido em três capítulos nos quais serão discorridos a trajetória de vida de Maria Alzira como aluna e professora. Assim fala-se das conquistas através da inserção na formação inicial na Licenciatura em Educação Física e as significâncias de um curso superior como fator motivacional para uma professora idosa. Uma reflexão embasada da própria vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** História de vida; Exemplo; Formação profissional; PARFOR.

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to analyze how the life experiences of an elderly person can become an example of life for individuals of another generation, demonstrating the personal need of training for the professional activity in the area of Education and Physical Education within the Society. The work constitutes essentially qualifying, using only interpretations about the life of the individual. The life history, used as method, aims to reconstruct a human experience lived in a group and of universal tendency. The life story apprehends the dynamics, characteristics and parameters of the individual culture. Through it, it is possible to see how the socio-cultural system affects individual behavior, values and self-image and, on the other hand, how the individual interferes in the environment by acting as a source of change. The account of a singular trajectory is understood by the prism of imprecision, uncertainty, contradictions and doubt. The work is divided into three chapters, in which the life trajectory of Maria Alzira, as a student and teacher, will be discussed. Thus, it is spoken of the achievements through the insertion in the initial formation in the Degree in Physical Education and the significant of its superior course as motivational factor for an elderly teacher. A reflection based on life itself.

**KEY-WORDS:** Life's history. Example. Professional qualification; PARFOR.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1: Minha primeira cartilha de alfabetização	14
Fig. 2: O açude na fazenda de meu pai, onde aprendi a nadar com ele: Adonias	15
Fig. 3: Maria Alzira aos 21 anos	17
Fig. 4: Colégio onde iniciei o Curso Normal	18
Fig. 5: Escola onde fui professora pela primeira vez	18
Fig. 6: A escola que terminei o Curso Normal e o transporte utilizado	19
Fig. 7: Meu diploma de professora	20
Fig. 8: Minhas comprovações de memória: portaria e contracheque	21
Fig. 9: Escola Estadual onde leciono até hoje	21
Fig. 10: Faculdade onde cursei o Normal Superior	23
Fig. 11: Meus filhos, meus netos, genro e nora	24
Fig. 12: Estudo de Campo realizado pelo IFPB	25
Fig. 13: Minha mãe e minha filha: professoras como herança	26
Fig. 14: Diploma de curso complementar ao Normal	29
Fig. 15 Meu certificado de conclusão de Normal Superior	30
Fig. 16: Minhas primeiras aulas teóricas de Educação Física Escolar	32
Fig. 17: Viagem durante o curso de Licenciatura em Educação Física pelo IFPB	34

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. CAPÍTULO 1 - TRAJETÓRIA DE VIDA: UM PERCURSO AO ENSINO SUPERIOR NA MELHOR IDADE .....</b>	<b>14</b>
<b>3. CAPÍTULO 2 - COMO ME FIZ PROFESSORA .....</b>	<b>26</b>
<b>4. CAPÍTULO 3 - O PARFOR NA VIDA DE UMA IDOSA .....</b>	<b>32</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A vida é interessante. Lembrar-se da vida é reviver e contar. Relatar a própria vida é deixar um marco na história para que outras pessoas possam refletir e discutir os fatores internos e externos interferentes na motivação de um indivíduo dentro de uma sociedade particular em um espaço de tempo delimitado na memória individual, cultural e social.

Entre as décadas de 1970 e 1990, as famílias que se propunham a colocarem seus filhos e filhas na escola tinham de antemão um perfil traçado de que os meninos seriam “doutores” e as meninas seriam “professoras”. Na família de Maria Alzira (popularmente conhecida como Maria de Pina) não foi diferente. O curso de magistério era o único da região em que poderia ser cursado, não se distanciando da casa dos pais.

Aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social. Assim, o ser humano é “programado para aprender”. Inacabado, mas consciente de seu inacabamento. Por isso mesmo em permanente busca, indagador, curioso em torno de si e de si no e com o mundo e os outros.

Há uma dimensão de que participa todo professor que diz respeito ao seu papel social. Um fazer comum a todo professor que é o ato de ensinar o que tem de ser ensinado.

Nesse sentido, a formação profissional no magistério se tornou mais que uma opção favorável: chegou ao patamar de decisão de vida. Uma vida que se fez na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Ensino Médio Elaine Soares Brasileiro, no município de Santa Helena (PB), principalmente na área de Educação Física.

Não gostaria de ser homem ou de ser mulher se a impossibilidade de mudar o mundo fosse verdade objetiva [...] Gosto de ser gente, pelo contrário, porque mudar o mundo é tão difícil quanto possível. É a relação entre a dificuldade e a possibilidade de mudar o mundo que coloca a questão da ética e da educação e de seus limites. [...] A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem. (FREIRE, 2000, p. 20).

A premissa do trabalho em questão está centrada no fato de que o indivíduo tem a possibilidade de conhecer, de mudar a si mesmo e de alterar o ambiente pelo reconhecimento de sua aprendizagem.

Após anos exercendo a profissão de professora de Educação Física na Escola Estadual



Elaine Soares Brasileiro, surgiu a necessidade de uma formação inicial na área. A formação do magistério que tinha era basicamente o pedagógico em nível médio profissionalizante e a motivação de sair da comodidade e buscar uma formação acadêmica na Educação Física foi aliada ao aporte da Plataforma Paulo Freire, com a oferta de curso de graduação nas proximidades da residência.

Neste sentido é que se apresenta o presente trabalho, em forma de relato da história de vida de uma idosa cursando a graduação em Educação Física pela Plataforma Freire de Educação – referendado pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) –, com o intuito de analisar como as experiências de vida de um idoso podem se tornar um exemplo de vida para indivíduos de outra geração, mostrando a linearidade da vida pessoal e social de um indivíduo, além de favorecer uma posterior discussão de atitudes e posições individuais perante a necessidade pessoal de formação para atuação profissional na área da educação e da Educação Física dentro da sociedade contemporânea.

De acordo com Lopes e Majeste (2007) a problemática contida no trabalho investigado através de história de vida exclui a formulação de hipóteses a serem sujeitas à verificação, já que não estabelece a relação entre variáveis. A história de vida é uma técnica que se enquadra na abordagem qualitativa, se preocupando com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando um universo de significados, crenças e valores que correspondem a um espaço mais profundo das relações e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A história de vida aborda sobre o tempo passado, compreendido através do tempo presente (NEVES, 2003). Há também a distinção entre tempo vivido e tempo pensado. O tempo pensado relaciona-se às ideias, aos planos que ainda estão no imaginário do sujeito; o tempo vivido corresponde às práticas vivenciadas. As ideias que surgem no nível do tempo pensado não devem ser desconsideradas; elas são o estado nascente do tempo vivido, levam os indivíduos à prática.

A evocação da memória para a transmissão do vivido por meio das narrativas constitui a principal matéria de estudos cujo método é a história oral de vida. Nesse sentido, a história oral de vida pode ser adotado na prática profissional, como maneira de proceder e de interagir na construção de projetos de vida, de modo que favoreça o desvelamento de barreiras simbólicas e sociais que agem contra as positivities de transformações individuais e coletivas almejadas. Produzir história é, portanto, fundamental para que narrativas minoritárias - e que se produzem nas próprias margens - possam surgir e colaborar para a desnaturalização das narrativas hegemônicas (SILVA, 2010).

O trabalho será essencialmente qualitativo, utilizando-se unicamente de interpretações sobre a própria vida do indivíduo. Uma escrita interpretada da vida passada e na análise dos reflexos nas práticas pedagógicas atuais, sendo resgatada tal memória através de fotos, diários antigos e atuais e reminiscências de trabalhos realizados ao longo do tempo e da atuação profissional. Uma reflexão embasada da própria vida.

A escolha desta abordagem metodológica de investigação não foi resultante apenas de sua importância no contexto das pesquisas qualitativas, especialmente na área da profissão docente. Prates desvela a abordagem como consequência da valorização da subjetividade na explicação dos fenômenos sociais, determinada pela crise da racionalidade científica da ciência nos tempos atuais.

O trabalho está dividido em três capítulos nos quais serão discorridos a trajetória de vida de Maria Alzira como aluna e professora. No primeiro capítulo, intitulado “*Trajetória de vida: um percurso ao ensino superior na melhor idade*”, será discorrido sobre os fatos da vida em sua trajetória pessoal e profissional que tornaram a mulher-professora da atualidade. No segundo capítulo, “*Como me fiz professora*”, é relato as fases profissionais da vida e os desafios e conquistas pelos quais se transcorreu a trajetória de educar e de autoeducar. No terceiro e último capítulo, “*PARFOR na vida de uma idosa*”, fala-se das conquistas através da inserção na formação inicial na Licenciatura em Educação Física e as significâncias de um curso superior como fator motivacional para uma professora idosa.

O relato de uma trajetória singular é compreendido pelo prisma da imprecisão, da incerteza, das contradições e da dúvida. Não há a busca por uma verdade absoluta, por um itinerário coeso, mas sim o registro de uma versão particular de sentimentos e acontecimentos históricos narrados por uma determinada pessoa num determinado espaço-tempo vivenciado numa cultura escolar.

## CAPITULO 1

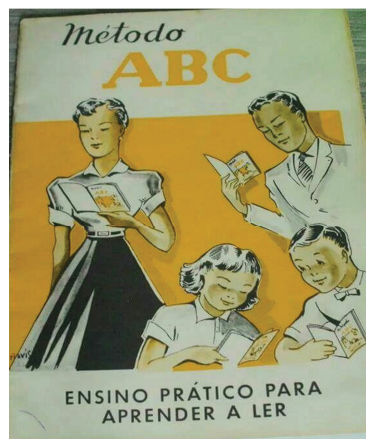
### TRAJETÓRIA DE VIDA: UM PERCURSO AO ENSINO SUPERIOR NA MELHOR IDADE

*Diferentes dos corpos dos animais, que nascem prontos, ao fim de um processo biológico, os nossos corpos, ao nascer, são um caos grávido de possibilidades, à espera da palavra que fará emergir, do seu silêncio, aquilo que ela invocou. (Rubem Alves)*

Filha de agricultor e doméstica, dona de casa. No dia vinte e quatro de outubro de mil novecentos e cinquenta, numa quinta-feira, às 16 horas, com uma parteira chamada “mãe Maria”, cheguei ao mundo. Diziam: “Menina bonita, grande, cabelos pretos e grandes” e “Vai ajudar à mãe”.

O tempo foi passando e aos dez anos de idade minha mãe comprou uma *Carta de ABC*, e foi ela quem me ensinou as letras maiúsculas e minúsculas. Com dezesseis anos fui estudar “na rua”, como a comunidade rural costumava chamar. Andava de pés descalços por dentro das roças para encurtar o caminho e ia com dois amigos do mesmo sítio.

**Fig. 1: Minha primeira cartilha de alfabetização**



Fonte: Arquivo Particular

Entre os anos de 1967 a 1970, na Escola Professor José Bento, na sede do município de Santa Helena, na Paraíba, estudei quatro anos. Fiz da 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série do então curso primário<sup>1</sup>

<sup>1</sup> O curso primário, na organização da educação brasileira, foi regido pelo Decreto-Lei n.8.529, de 2 de janeiro de 1946, que diz em seu corpo de texto as atribuições e características de ensino. O Art. 1º, referente às especificações do ensino primário, diz que esse tem as seguintes finalidades: A) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a

com a professora Alzira Ferreira.

Nesta época, anualmente, se fazia o exame admissional. Os exames de admissão ao ginásio funcionavam como uma barreira de acesso ao ensino secundário. Em nível nacional, os exames de admissão foram introduzidos para o ingresso no Colégio Pedro II através do Decreto nº 4.468 de 1º de fevereiro de 1870 e regulamentados pelo Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890. Posteriormente, por meio do Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931, como parte da Reforma Francisco Campos<sup>2</sup>, tais exames tornaram-se obrigatórios nas escolas públicas de todo o Brasil até o ano de 1971 e marcaram um período histórico de restrição no acesso ao ginásio. RIBEIRO, 2003.

Ainda me lembro de como fui aprendendo a conviver com o medo da palmatória<sup>3</sup> e de ser ridicularizada na frente dos colegas por não saber as respostas, ou de não conseguir ir adiante à escola, por não conseguir boas notas.

**Fig. 2: O açude na fazenda de meu pai, onde aprendi a nadar com ele: Adonias**



Fonte: Arquivo Particular

Os castigos escolares se igualavam aos castigos do meu pai e de minha mãe; era a família de fora de casa. O plano de ensino dos professores estava de acordo com a educação de castigo dos pais, partia da exigência de que a alfabetização das letras fosse aliada com a dureza com que tratavam as crianças e os jovens. Em decorrência dessa dureza e castigos,

---

mantenham e a engrandçam, dentro de elevado espírito de naturalidade humana; B) oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade; e C) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho. Disponível em <http://www.soleis.adv.br>, acesso em 20 mar 2017.

<sup>2</sup> Segundo Ribeiro (2003), a Reforma Francisco Campos inseria-se em um contexto de significativas mudanças no país, principalmente devido ao desenvolvimento industrial e urbano provocado a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas, no qual a demanda por mão de obra qualificada intensificou a procura pela educação.

<sup>3</sup> A palmatória era um instrumento de castigo muito usado na época do ensino tradicional. De acordo com Milena Aragão (2011), deveria ser usada apenas pelo mestre e servir para bater “somente” na palma da mão esquerda com dois ou três golpes no máximo. A violência era, portanto, uma prática comum e o seu uso era legítimo no universo escolar.

perdi a infância na roça e fui começar a estudar bem tarde, “velha”. Não tive a oportunidade de ir à escola na idade certa. E quando fui ainda tive que enfrentar o medo dos castigos e da palmatória. Muitos dos pais diziam: “Pancada é que faz homem macho. Castigo é que ensina o menino a aprender”.

Estas ideias, ou algumas delas, às vezes, eram compartilhadas por professoras que “hospedavam” na intimidade de seu corpo a ideologia autoritária dominante. No fundo, tanto quanto (ou quase) os pais, algumas professoras tinham medo e raiva da liberdade, medo dos educandos e se fechavam para perceber o quanto há, no processo de conhecer, de demandante, mas também, de apaixonante, de gratificante, de provocador de alegria. (FREIRE, 1997, p. 72)

Naquela época os professores tinha a tradição de autoritarismo e a prática de castigos na escola era muito comum, tanto que muitos de meus colegas de classe saiam da escola porque não estavam aprendendo de acordo com os objetivos estipulados pelos professores e sofriam as penalidades da palmatória e do isolamento num canto da sala. Particularmente não acredito que os castigos escolares me ajudaram na aprendizagem assim quando me tornei professora não usei de castigos.

Por um lado, a minha família defendia o meu direito de frequentar e participar das diferentes atividades na escola, mas, por outro, reconhecia a necessidade de minha força de trabalho na roça e nos afazeres domésticos.

Em meio às muitas perturbações e andanças do Sítio São Bento até a cidade de Santa Helena, consegui concluir o curso primário, aos dezenove anos.

Em idade adulta, já tinha que prover o próprio sustento. Então, fui para casa de familiares em Cajazeiras (PB), com o intuito de aliar os estudos ao trabalho de doméstica ensinado pela minha mãe. Matriculei-me para fazer da 5ª até a 8ª série do curso ginásial<sup>4</sup> na Escola Estadual de Cajazeiras.

Neste período, os vizinhos e familiares sempre aconselhavam meus pais para que me trouxessem de volta para casa. E diziam: “Mulher basta ler uma carta e escrever outra” ou “Mulher é pra ficar em casa e homem é que deve estudar pra ser doutor”. Todavia, meus pais

---

<sup>4</sup> O curso ginásial foi criado pela *Lei orgânica do ensino secundário*, Decreto-Lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942. Em seu Art. 3º diz: “O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário”. No Art. 9º, “O ensino secundário manterá ligação com as outras modalidades de ensino pela forma seguinte: 1. O curso ginásial estará articulado com o ensino primário, de tal modo que deste para aquele o aluno transite em termos de metódica progressão. 2. Estará o curso ginásial vinculado aos cursos de segundo ciclo dos ramos especiais do ensino de segundo grau, para a realização dos quais deverá constituir base preparatória suficiente.” Disponível em <http://www.soleis.adv.br>, Acesso em 20 mar 2017.

acreditavam na ideia de me formar professora e desejavam: “Maria vai ser professora”.

Entre os anos de 1971 e 1974 trabalhava de doméstica na casa de familiares e estudava. Aos finais de semana, vinha ao sítio onde morava minha família e crescia o sonho de me tornar professora e morar novamente em casa, na roça, banhar no açude e ajudar os meus pais e irmãs.

Com muita ajuda e compreensão dos meus pais e de familiares, aos vinte e três anos conclui o ginásio e decidi continuar morando em Cajazeiras. Matriculei-me no Colégio Nossa Senhora de Lourdes para fazer o então Curso Normal<sup>5</sup>, ser uma normalista. Queria me formar professora.

No ano de 1975, quando cursava o primeiro ano do Curso Normal, já treinava dar aulas às minhas irmãs, aos parentes e vizinhos no alpendre da minha casa, nos finais de semana, com a ajuda da minha mãe, que “brigava” com a situação que os meninos cresciam e não sabiam nem assinar o nome.

**Fig. 3: Maria Alzira aos 21 anos**



Fonte: Arquivo Particular

Entretanto, para continuar no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, estava muito complicado e as despesas eram grandes. Então, para ficar mais próximo e ter como morar na casa dos meus pais, a minha mãe optou em me transferir para a cidade de São João do Rio do Peixe (PB) – na época, conhecida como Antenor Navarro –, e me matriculou na Escola Estadual José Américo de Almeida.

<sup>5</sup> O Curso normal consistia numa formação docente, destinado essencialmente às mulheres, conforme o Decreto-Lei n. 4244, de 9 de abril de 1942. Em seu título II, *Do ensino secundário feminino*, expõe no Art. 25: “Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais: [...] 4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar.” Disponível em <http://www.soleis.adv.br>, Acesso em 20 mar 2017.



**Fig. 4: Colégio onde iniciei o Curso Normal**



Fonte: Arquivo Particular

Nesse contexto, foram se articulando as primeiras escolas rurais, em que uma professora ensinava em sua própria casa ou em um local amplo e disponível em cada sítio. No segundo ano de curso fui convidada para trabalhar como professora em casa, no Sítio São Bento, no terreiro onde outrora tinha sido alfabetizada por minha mãe.

No dia 01 de julho de 1976 a minha carteira de trabalho foi assinada como “professora de alfabetização no campo” pelo então prefeito de Santa Helena Manoel do Nascimento Barroso, e no sítio onde nasci, depois, foi construída a sede da Escola Municipal Antônio Pinto Ramalho. Inicialmente tinha uma turma de alunos a serem alfabetizados e outra no sistema multisseriado<sup>6</sup>, com ênfase em Português e Matemática – mas também perfazia as disciplinas de Ciências e Estudos Sociais –, no período da manhã.

**Fig. 5: Escola onde fui professora pela primeira vez**



Fonte: Arquivo Particular

<sup>6</sup> As classes multisseriadas são salas com alunos de diferentes idades e níveis educacionais, nas quais estão cerca de 60% dos estudantes do campo correspondentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A baixa densidade populacional na zona rural, a carência de professores e as dificuldades de locomoção são alguns dos fatores que motivaram a criação das classes multisseriadas. Além desses fatores, existem poucos docentes das séries iniciais do Ensino Fundamental com nível superior (BITTAR, 2017).

No período vespertino continuei meus estudos. O Curso Normal, à época, ocorria em três dias por semana. Nas segundas e nas sextas-feiras, o transporte era o “bacural”: o trem que fazia a linha de Fortaleza, no Ceará, até Sousa, na Paraíba, passando por São João do Rio do Peixe e Santa Helena, transportando pessoas e cargas; nas quartas-feiras, o trem não passava, então, o transporte era em uma caminhonete dirigida por Juvêncio Barroso, um motorista que possuiu os primeiros carros da região e fazia fretes e transportava pessoas para as cidades mais próximas, como São João do Rio do Peixe e Cajazeiras – e, por isso, se tornou um grande amigo da população de Santa Helena pelos serviços prestados.

**Fig. 6: A escola onde terminei o Curso Normal e o transporte utilizado**



Fonte: Arquivo Particular

O salário da professora iniciante era calculado pela terça parte do salário mínimo nacional vigente. Pouco, mas dava para custear as passagens e ajudava em casa com os mantimentos, além de favorecer os estudos da minha irmã mais nova, Socorro, que também se tornou professora.

Na sede da cidade de Santa Helena, um grupo de professores viu a necessidade de escolas para as crianças que já sabiam ler e escrever e que aprendiam em casa, mas que paravam por falta de oportunidade de sair dos sítios para a sede ou mesmo ir morar em outra cidade. Então começou uma iniciativa particular de ensino ginásial, onde esse mesmo grupo de professores atuava em um esquema diferenciado, oferecendo um ensino considerado de qualidade – se relacionado ao ensino prestado pelo município – e por um preço fixo a cada aluno matriculado, e que os pais teriam que pagar para que seus filhos pudessem frequentar a referida escola. Como uma das poucas professoras que ainda estudava à época, fui chamada a desenvolver meu trabalho de ensinar as novas disciplinas do quadro curricular: Estudos Sociais, Artes e Educação Física. As aulas se davam no período noturno.

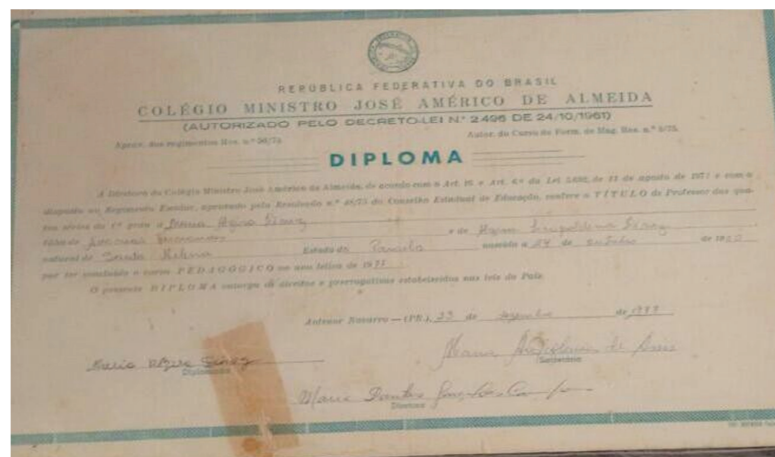
Assim comecei a trabalhar na Escola Padre Ibiapina. Inicialmente uma escola



particular, cujas turmas eram divididas por sexo: eu lecionava às meninas, e os meninos tinham aulas com outro professor. Nessa época, eu não tinha formação profissional adequada, nem livros didáticos e muito menos outras fontes de pesquisa ou a quem recorrer principalmente para o ensino de Educação Física. Além disso, não tinha local específico para trabalhar as aulas. O planejamento das aulas se dava por iniciativa própria e as aulas aconteciam em praça pública, trabalhando alguns exercícios físicos e praticando jogos.

No decorrer do ano de 1977 cursei o terceiro ano pedagógico. Conclui o curso de Magistério (outra denominação para o Curso Normal). Enfim, formada, me tornei uma professora, para o maior orgulho de minha família e a realização do sonho de minha mãe. Mas continuei morando no Sítio São Bento e trabalhando no sítio e na sede do município.

**Fig. 7: Meu diploma de professora**

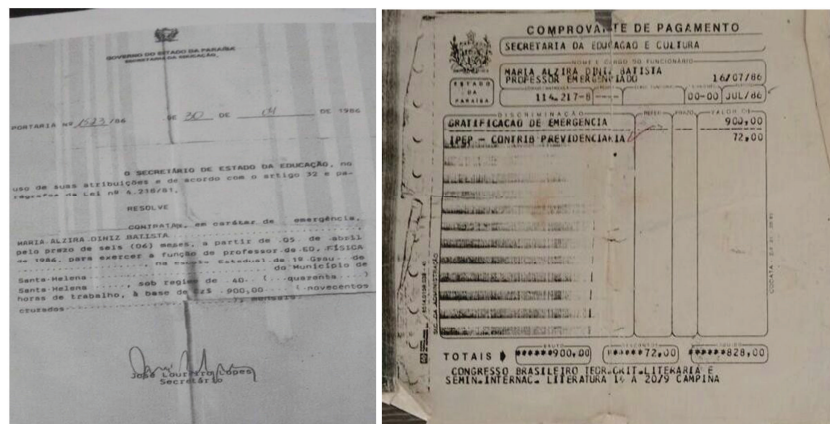


Fonte: Arquivo Particular

Nesse período, no Sítio São Bento, já havia terminado a construção do prédio escolar e eu continuava a trabalhar lá como professora multisseriada. Mas progredia e me dedicava à Escola Padre Ibiapina. Fui transferida de contrato de trabalho para a sede e acabei dando aulas em disciplinas no curso ginásial. Assim continuou até o ano de 1986, quando, a cada quatro meses, a carteira de trabalho era assinada e depois era demitida, sucessivamente, gerando muitas perdas trabalhistas para quem não tinha vínculo efetivo<sup>7</sup>. Na época, ganhava-se CR\$ 43,20 por hora de trabalho.

<sup>7</sup> Meu trabalho como professora municipal iniciou em 1976 até 1986, perfazendo um total de dez anos de trabalho em tempo; mas a cada ano eram perdidos dois meses de contribuição trabalhista, o que resulta na minha não aposentadoria até o presente momento da defesa do trabalho.

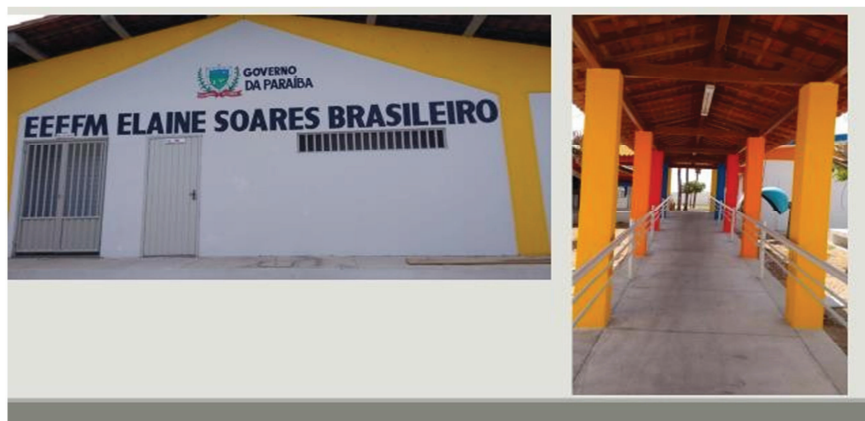
**Fig. 8: Minhas comprovações de memória: portaria e contracheque.**



Fonte: Arquivo Particular

A Escola Padre Ibiapina progrediu para escola pública estadual no ano de 1986. Os professores que ensinavam juntamente comigo foram contratados como quadro efetivo *pró-tempore* estadual. A escola foi desmembrada do município e ficou em um prédio próprio, mudando de Escola Padre Ibiapina para Escola Estadual de Ensino Fundamental de Santa Helena, de forma que foi emitida uma portaria para os professores e, assim, tive a minha primeira portaria como professora de Educação Física. No ano de 1996, essa mesma escola mudou de nome para Escola Estadual de Ensino Fundamental Elaine Soares Brasileiro, e mudou novamente na virada do milênio para Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elaine Soares Brasileiro – no qual prevalece até hoje com esse nome e onde ainda leciono.

**Fig. 9: Escola Estadual onde leciono até hoje**



Fonte: Arquivo Particular

Como professora, dona de casa e mãe, fiquei muito atarefada; mas com ajuda de minha mãe, voltei a estudar em 1990 e cursei os Estudos Adicionais ao 3º ano pedagógico na área de Estudos Sociais, sendo habilitada a lecionar nas 5ª e 6ª séries do antigo ensino ginasial. Com este curso fiquei apta a lecionar uma disciplina que já ensinava, sem formação específica, desde o ano de 1977. Porém, a disciplina que ministrava como primordial era Educação Física, em todas as turmas da escola, seguida da complementação da carga horária com outras disciplinas.

Essas questões, dentro de uma história de vida e que também marcaram (e foram marcadas) na história da educação em pleno sertão paraibano, refletiram aspectos que, com o passar do tempo, foram discutidos e até modificados.

O final do século XX foi marcado pela grande preocupação com a formação de professores, inicial e continuada. Aos poucos, as informações, discussões e acordos mundiais foram sendo difundidos no Brasil. Vale aqui ressaltar que as discussões referentes à formação de professores remontaram à conferência promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 1990, em Jomtien, na Tailândia, que resultou na elaboração da *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Nessa declaração, a preocupação fundamental era universalizar a educação básica e ampliar as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos, compromisso reafirmado em 1993 pela *Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos*.

Em decorrência dessas conferências internacionais foi promovido em 1997 o *Relatório Educação, tesouro a descobrir*, também conhecido como *Relatório Delors* (1997), produzido por uma comissão de especialistas internacionais em educação sob a coordenação do político francês Jacques Delors. Esse relatório refletiu na prática profissional de muitos professores do Brasil, redirecionando suas práticas educativas – inclusive na minha – devido ao fato de centralizar as preocupações nos alunos, mais do que no conteúdo, assumindo um caráter construtivista.

Nessa época, foram desenvolvidas ações na escola onde lecionava para que os filhos, nossos alunos, meus alunos, pudessem ler para seus pais as notícias dos jornais e, assim, difundir a ideia da leitura e do pensamento de discutir as questões econômicas e sociais que incidiam diretamente na vida cotidiana das famílias da região onde habitávamos. Além desse fato, lembro-me que também, à época, fui envolvida com a ideia de discutir sobre a educação e me acostumei a ficar estudando mais para ter o quê e como informar e discutir nas minhas aulas de Educação Física, sobre esportes, e nas aulas de outras disciplinas encontrava outros

assuntos para que pudesse motivar os alunos a aprenderem os conteúdos e aplicarem-nos no cotidiano, bem como a darem opinião sobre a própria aula e a de outros professores. Uma abertura que antes não foi vista.

Escolarizar todos os homens era condição para converter os servos em cidadão, era condição para que esses cidadãos participassem do processo político, e, participando do processo político, eles consolidariam a ordem democrática, democracia burguesa, é obvio, mas o papel político da escola estava aí muito claro. A escola era proposta como condição para a consolidação da ordem democrática. (SAVIANI, 2003, p. 40)

O início do novo século trouxe várias transformações: divorciei-me no ano de 2002, e em termos trabalhistas, o governo estadual, ao qual presto serviço, exigiu a formação superior de seus professores, promovendo a minha volta aos bancos escolares. Fiz o vestibular na Faculdade São Francisco e cursei o Normal Superior<sup>8</sup>, iniciando no ano de 2002 e concluindo no ano de 2005. Ainda assim não obtive formação específica para a atuação na disciplina de Educação Física.

**Fig. 10: Faculdade onde cursei o Normal Superior**



Fonte: Arquivo Particular

Nesse ponto, vale relembrar o contexto histórico no qual esteve assentada a questão da falta de qualificação docente na educação brasileira. Conforme destaca Andrade (2011), a Lei

<sup>8</sup> O curso Normal Superior foi uma graduação de Licenciatura Plena criada no Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) para formar os profissionais que atuassem na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O primeiro Curso Normal Superior público do país foi criado no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) em 1998. Apesar da semelhança com o curso de Pedagogia, o Normal Superior não habilita para a gestão e supervisão escolar. Foi progressivamente extinto, por recomendação do Ministério da Educação, no ano de 2007. Disponível em <http://www.soleis.adv.br>, Acesso em 20 mar 2017.

n. 5.692/71 dava suporte ao ingresso de professores leigos na rede pública de educação básica, em virtude da insuficiência de professores devidamente habilitados para o exercício da docência em algumas regiões. Além disso, existia um mecanismo de práticas clientelistas características do campo da educação no interior do Brasil, notadamente no que se refere à contratação de professores leigos, o que fez com que existisse um contingente considerável de professores da educação básica sem a qualificação necessária e a desvalorização da profissão em virtude dos baixos salários e do baixo reconhecimento social.

Posteriormente à decisão da obrigatoriedade de formação em nível superior, o governo estadual exigiu que cada professor estivesse atuando na sua área de formação. Nesta oportunidade me fiz aluna do Educandário, em Cajazeiras, por um mês, onde foi emitida uma declaração de curso na área e me proporcionou a continuidade de lecionar Educação Física; mas não continuei o curso por falta de tempo disponível para ir todos os dias para faculdade.

Nesse tempo, amigos me indicaram a Plataforma Freire, que estava abrindo inscrições para a Licenciatura em Educação Física. À época, somente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), no campus Sousa, oferecia vaga em Educação Física no modelo de aulas aos finais de semana, no qual eu poderia participar sem prejudicar a minha carga horária na escola nem me impedir de cuidar de meus pais já idosos e de ajudar na educação de meus netos.

**Fig. 11: Meus filhos, meus netos, genro e nora**



Fonte: Arquivo Particular

Numa perspectiva histórica da recente implantação de ações em prol da qualificação em nível superior de docentes da educação básica, pode-se considerar como um marco a



criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)<sup>9</sup>.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), por meio da Plataforma Freire, é um dispositivo governamental que oferece vagas em cursos de licenciatura para professores das redes públicas estaduais e municipais de educação básica. Podem participar os professores que não tenham formação em nível superior (primeira licenciatura), que atuem em áreas distintas da sua formação inicial (segunda licenciatura) ou que não tenham habilitação em licenciatura (formação pedagógica). Há dois tipos de formação: presencial e a distância. Os cursos a distância de formação inicial e continuada de professores integrantes do PARFOR são de responsabilidade da UAB, enquanto os cursos de formação continuada presenciais são de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica do MEC (BRASIL, 1999).

Entre os benefícios previstos no PARFOR estão: a) oferta gratuita de cursos aos professores da rede pública de educação básica; b) oferecimento de bolsas aos professores-formadores; e c) fomento à oferta dos cursos, por meio de verbas de custeio e capital às instituições de ensino superior (idem).

Hoje estou concluindo o curso superior de Licenciatura em Educação Física, com suor no rosto pela dedicação aos estudos aliado à profissão de professora de Educação Física, e sem deixar de zelar pelos meus filhos e netos e, com muito carinho, retribuindo os cuidados que meus pais tiveram comigo.

**Fig. 12: Estudo de Campo realizado pelo IFPB**



Fonte: Arquivo Particular

<sup>9</sup> O Sistema UAB é um programa articulador entre governo federal e entes federativos que apoia instituições públicas de ensino superior (IPES) a oferecerem cursos de nível superior e de pós-graduação por meio do uso da modalidade de educação a distância. Foi criado em 2005 pelo Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006. O programa tem a prioridade da formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada aqueles já graduados.

## CAPÍTULO 2

### COMO ME FIZ PROFESSORA

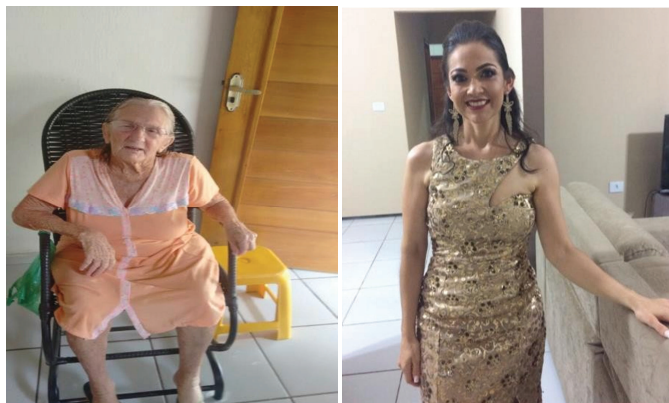
*[VIVER] Para esta aventura meus mapas não lhe bastam. Todos os diplomas são inúteis. É inútil todo saber aprendido. Você terá de navegar dispendo de uma coisa apenas: os seus sonhos. Os sonhos são como mapas dos navegantes que procuram novos mundos. Na busca dos seus sonhos você terá de construir um novo saber, que eu mesmo não sei... e os seus pensamentos terão de ser outros, diferentes daqueles que você agora tem. (Rubem Alves)*

A história de vida apresenta um grande potencial para a investigação social, uma vez que permite compreender a dimensão subjetiva dos atores sociais, possibilitando que a história de um indivíduo reflita um momento histórico revelando os valores da sociedade que podem interferir na realidade organizacional. Assim, seu estudo busca compreender o poder que o indivíduo tem de mudar sua vida e a si mesmo e alterar o seu ambiente, funcionando como base para construção de teorias sobre o papel do comportamento do indivíduo na mudança cultural e na transmissão da cultura.

Ser professora na época em que comecei a lecionar era como ser padre ou freira: deveria ter “vocação”, muito mais que conhecimentos. Não se ensinava a ensinar; se ensinava a cartilha de ABC. Nada mais. E quem queria ensinar buscava, por si só, o melhor meio de ensinar a cartilha de ABC a outras pessoas: parentes, amigos, irmãos, irmãs.

A metodologia de cada professor ou professora se fazia muito mais da educa o familiar que cada um teve no seu desenvolvimento enquanto filho ou filha do que algo propriamente de forma o universitária. O jeito como minha mãe me educou ajudou-me na busca do meu próprio jeito de ensinar às outras pessoas a ler e escrever.

**Fig. 13: Minha mãe e minha filha: professoras como herança**



Fonte: Arquivo Particular

Alves (1994, p. 63) diz que o “ser” professor é fundamental no processo educativo: “O professor é uma pessoa disposta a ajudar e ensinar o próximo e aprender”. “Um ser que procura sempre o melhor, contribuindo para a formação de um cidadão para o mundo”. “É alguém que ensina e aprende com o outro ser humano”. “É uma profissão gratificante, que todos têm que passar por ela”. “Professor é alguém com quem irá se partilhar, vivenciar, descobrir, divertir...”.

Percebo que a entrega ao profissionalismo educacional vem potencialmente da vontade de ver mudanças no ambiente em que se participa como cidadão. A ideia de mudar surge da necessidade de mudar e da visão que o novo pode trazer um diferencial que possa atender as necessidades de sobrevivência e melhoria no *status* de vida de uma comunidade em desenvolvimento social e cultural.

Acreditando que mudar é bom e que os indivíduos se reorganizam para a mudança, a família de Pina pode reorganizar seus conceitos de mudança e abriu uma margem de confiança para que sua filha pudesse se deslocar de sua casa, do conforto familiar, e buscar conhecimentos para a sua formação individual, de modo a voltar apta a disseminar tais conhecimentos na comunidade familiar e coletiva do lugar onde morava, no Sítio São Bento.

As questões relativas à formação de professores sempre estiveram presentes na história da educação. Contudo, percebe-se que se configuraram mais forte a partir da década de 1990, sendo esse processo concebido como um dos principais pontos de atuação das políticas educacionais brasileiras. Nesse contexto, cabe destacar a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que definiu os níveis de qualificação para atuação docente na educação básica (BRASIL, 1996), assim como o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, com a Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que declarou a necessidade de formação dos professores como um dos maiores desafios a serem superados e estabeleceu metas para a ampliação da oferta de cursos de formação, em nível superior, para professores da Educação Infantil e dos Ensinos Fundamental e Médio (BRASIL, 2001a).

Ainda na esfera de confiança, a comunidade buscou a casa de Pina para que os seus filhos se espelhassem no exemplo da “filha de Pina”, gerando um encontro de ideais: ideal de aprender e ideal de ensinar. Assim, os alunos eram da mesma idade que a própria professora, mas tinham menos conhecimentos escolares. A escola surgiu então na casa da família de Pina.

A escola comunitária, antes de ser vista como local para a transmissão de conhecimentos, seria o espaço para a transmissão de ideias de mudança no âmbito das famílias participantes. Os pais queriam que seus filhos pudessem aprender a ler, escrever,



contar e realizar operações matemáticas que lhe ajudariam no dia a dia da agricultura local. Os filhos, no entanto, buscavam ter conhecimentos variados para que pudessem ajudar na saída da agricultura de subsistência e abrir outras oportunidades de trabalho.

Assim, a escola ensinou a Maria Alzira a ter mais uma oportunidade de vida e que esta oportunidade poderia e deveria ser dada aos outros de sua comunidade.

Paulo Freire (1997), em seu livro *Professora sim, tia não*, diz que ensinar não pode ser um puro processo de transferência mecânica de conhecimento daquela que ensina ao seu aprendiz. É necessário que saia da memorização para o estudo crítico. Ao estudo crítico corresponde um ensino igualmente crítico que demanda necessariamente uma forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a leitura do mundo, leitura do texto e leitura do contexto.

O se tornar professora começou da vontade de mudar. Mudar a si mesma e mudar a comunidade em que habitava.

Para mim, a história é tempo de possibilidade e não de determinações [...] somente numa perspectiva histórica em que homens e mulheres sejam capazes de assumir-se cada vez mais como sujeitos objeto da história, vale dizer, capazes de reinventar o mundo numa direção ética e estética mais além dos padrões que aí estão é que tem sentido discutir comunicação na nova etapa da continuidade da mudança e da inovação. (FREIRE, 2001, p. 98)

O nosso sistema social encontra-se integralmente em cada um dos nossos atos, em cada um de nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos. E a história deste sistema está contida por inteiro na história da nossa vida individual.

Paulo Freire (2001) fala que na prática da formação docente, é fundamental que o aprendiz de educador<sup>10</sup> assuma que o pensar certo supera o ingênuo e tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador. Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão sobre a própria prática. É pensando criticamente a prática de ontem que se pode melhorar a próxima prática.

A profissão de professora foi consolidada a partir da educação do exemplo e da transmissão do conhecimento das primeiras letras e operações matemáticas em sua própria residência. Tornei-me então professora de meus amigos e irmãos. A professora de educação

---

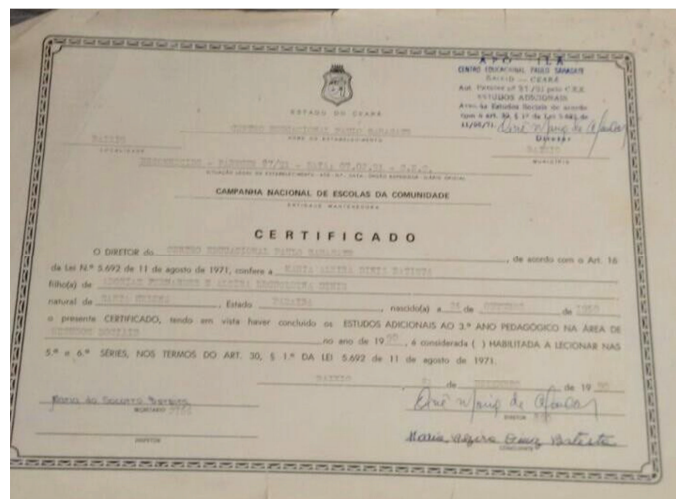
<sup>10</sup> Apesar de serem colocadas relações entre professor e educador, vale salientar que existe um “ar” de romantismo nas palavras de Paulo Freire (em obras como *Professora sim, tia não* e *Pedagogia da Indignação*) e Rubem Alves (com o livro *Conversas com quem gosta de ensinar*) quando tratam da figura docente. Entendo que o termo “professor” tem aspecto de profissionalização/profissionalidade enquanto o conceito de “educador” está ligado à ideia de “dom”.

básica na época em que comecei a lecionar, para muitos, tinha um aspecto de doutorado e era buscada em muitas consultas pelas famílias da comunidade.

O mestre nasce da exuberância da felicidade. E por isso mesmo, quando perguntamos sobre sua profissão, os professores deveriam ter coragem para dar a absurda resposta: “Sou pastor da alegria...” Mas é claro, somente seus alunos poderão atestar da verdade da sua declaração... (ALVES, 1994, p.08)

Na perspectiva levantada por Rubem Alves, então, a professora de São Bento não parou de estudar. Fez cursos complementares na cidade de Baixio, no Ceará, para dar direito a lecionar até a 5ª e 6ª séries do antigo ensino ginasial.

**Fig. 14: Diploma de curso complementar ao Normal**



Fonte: Arquivo Particular

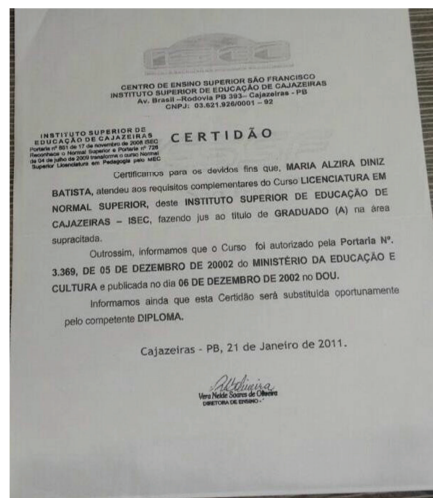
A cada dia fez a autopercepção que podia ensinar mais e melhor aos seus alunos, se tornando então conhecida e buscada por mais famílias da sua e de outras comunidades para ensinar aos seus filhos.

Neste sentido, o exercício pleno da cidadania por quem sofre qualquer das discriminações ou todas a um só tempo não é algo de que usufruam como direito pacífico e reconhecido. Pelo contrário, é um direito a ser alcançado e cuja conquista faz crescer substantivamente a democracia. A cidadania que implica o uso de liberdade – de trabalhar, de comer, de vestir, de calçar, de dormir em uma casa, de manter-se e à família, liberdade de amar, de ter raiva, de chorar, ele protestar, de apoiar, de locomover-se, de

participar desta ou daquela religião, deste ou daquele partido, de educar-se e à família, liberdade de banhar-se não importa em que mar de seu país. A cidadania não chega por acaso: é uma construção coque, jamais terminada, demanda briga por ela. Demanda engajamento, clareza política, coerência, decisão. Por isso mesmo é que uma educação democrática não se pode realizar à parte de uma cochicação da cidadania e para ela. (FREIRE, 1997, p. 72)

Reconhece-se aqui a importância da instituição escolar/acadêmica como fundamental na formação do sujeito, pois propicia espaços e condições para que as intersubjetividades – a relação de conhecimento subjetivo “meu” que se permeia com o subjetivo de terceiros unindo um conhecimento coletivo que muda o conhecimento subjetivo de cada um dos integrantes do grupo - se encontrem, levando à apropriação dos saberes e conhecimentos adequados à sua formação, tanto do ponto de vista das construções conceituais como do que implica o “ser” professor em termos de habilidades, posturas e atitudes.

**Fig. 15: Meu certificado de conclusão de Normal Superior**



Fonte: Arquivo Particular

Todavia, na minha trajetória profissional, reconheço que não tenho momentos de discussão sobre práticas de ensino junto aos seus colegas de profissão. Culpo o fato de as exigências burocráticas que todo professor desempenha ocupar grande parte do tempo, não sobrando espaço para realizar reflexões conjuntas sobre a prática. Daí a importância de a instituição escolar – e as instâncias educacionais, como as gerências de ensino – empreender esforços para proporcionar esses encontros formativos como espaço de reflexão.

Quando chega o período de planejamento escolar, geralmente no início do ano,

considerado o momento propício para a reflexão pedagógica, esse se dá muito em cima de especificação de material didático ou equipamento escolar ou algo da ordem burocrática: equipamentos a serem licitados, modelos a serem cumpridos, papéis a serem preenchidos, material a ser comprado. Pouco se discute sobre os problemas de sala de aula. Rubem Alves (1994, p. 63), em *A alegria de ensinar*, diz “[...] eu sempre ouço falar em dificuldade de aprendizagem, mas eu nunca ouvi falar em dificuldade de ensinagem!”. E concordo, pois um dos grandes problemas escolares é o ensino, e isso não se discute. E virou rotina e esquecimento comum.

Enfim, a profissão de professor é desafiadora, pois, em todo momento, o profissional é chamado a dominar um conjunto de conhecimentos e, mais do que isso, somos agentes transformadores submetidos a reformas educacionais que incluem desde a utilização de novas tecnologias de informação (TICs) e trabalhos interdisciplinares/por projetos, até as diferentes competências e habilidades, que hoje vão desde a operacionalização dos conteúdos de ensino até a educação inclusiva e, mais recente, a educação emocional.

## CAPÍTULO 3

### O PARFOR NA VIDA DE UMA IDOSA

*A única finalidade do saber adulto é permitir que a criança que mora em nós continue a brilhar.*  
(Rubem Alves)

No decorrer dos anos fui me identificando com a área de movimento, desenvolvendo atividades desportivas e participando de programações conjuntas com outros professores que concorreram com as várias mudanças e configurações no currículo do Ensino Fundamental. Desde as primeiras aulas de Educação Física da Escola Estadual Elaine Soares Brasileiro estive presente como professora titular, embora não tenha tido formação para tal desempenho de trabalho.

**Fig. 16: Minhas primeiras aulas teóricas de Educação Física Escolar**



Fonte: Arquivo Particular

Olhando hoje para minha própria trajetória e para os professores que estão no final de suas trajetórias profissionais, pode-se dizer que passamos por muitas mudanças, não apenas educacionais, como também na história. Do ponto de vista social, foi vivenciado o período da ditadura militar (de 1964 a meados da década de 1980) e desde o final da década de 1970, no contexto da abertura política e da conseqüente redemocratização da sociedade, é que os educadores, de forma mais organizada, passaram a posicionar-se a favor de uma educação mais democrática, justa e igualitária, percebendo a necessidade de fazer a ruptura com as

formas de tecnicismo educacional<sup>11</sup>.

Segundo Salviani (2003), a partir da década de 1980 foi possível revigorar a luta pela redemocratização, na perspectiva de superar as condições impostas pelo capitalismo, agravadas pelas políticas do Banco Mundial que, desde esse período, vem orientando o enxugamento dos recursos do Estado para a Educação.

Esse mesmo autor, em seu livro *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*, menciona que, mesmo no contexto dos anos 1990, considerada a “década da educação”, se nota o aprofundamento das políticas neoliberais e os incontáveis efeitos da globalização, gerando um cenário que, por vezes, torna mais complexo o mundo do trabalho dos profissionais da educação. Nesta perspectiva, esses princípios foram prescritos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), assim como foram sancionadas diferentes Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, além das modalidades de ensino Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação do Campo, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Especial e outras, sem contar as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2001), entre outros documentos.

Também neste caminho para mudanças em áreas pontuais, é necessário considerar as políticas implementadas pelo Ministério da Educação (MEC): Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica; Programa de Formação de Professores em Exercício/Proformação; Proinfantil; Pró-Licenciatura; Pro-Ifem; Programa Universidade para Todos/PROUNI; Pró-Letramento; Programa Universidade Século XXI; ProDocência; TV Escola; Programa de Apoio à Educação Especial (PROESP); Educação no Campo; Educação Indígena, entre outros (BRASIL, 2005).

Estas mudanças na perspectiva das políticas educacionais me fizeram ingressar em quatro anos de revolução interior e exterior, com a minha inserção no PARFOR. Os anos de PARFOR me ensinaram a dar as mãos a quem mais sabe – os professores –, ser auxiliada pelos que mais amo – a minha família – e buscar ajuda nos contatos de convivência com os colegas que me acompanharam em toda a trajetória dos finais de semana, além de interagir durante toda a semana via comunicação virtual.

O PNE estabelecido pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014),

---

<sup>11</sup> A tendência liberal tecnicista surge no século XX com o objetivo de implementar o modelo empresarial na escola. Com forte influência das teorias positivistas e da psicologia behaviorista, o tecnicismo busca ensinar ao aluno por meio do treinamento. No Brasil, foi implementada a partir do governo militar. O que se conseguiu foi a formação de mão de obra barata, não qualificada pronta para engrossar o “exército de reserva”, trabalhadores disponíveis para empregos de baixa remuneração. Disponível em [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) Acesso em 20 mar 2017.

revelou a preocupação com a qualificação docente para a educação básica. Em sua meta 15 colocou o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), na modalidade presencial, como um programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e implantado em regime de colaboração entre a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), os estados, os municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Ensino Superior (IES)<sup>12</sup>. Tinha por objetivos expandir direitos, reduzir desigualdades regionais e propiciar equidade no acesso à formação de professores para a educação básica, conforme declarado no inciso IX, artigo 2º do Decreto n.6.755 (BRASIL, 2009a).

Numa leitura da LDB de 1996, entende-se que o PARFOR pode ser enquadrado como uma política de distribuição igualitária que focaliza grupos sociais específicos na demanda por qualificação profissional de docentes que atuam na educação básica com o objetivo de que todos os professores da educação básica tenham cursos em nível superior e que, para tanto, ocorra uma aproximação com as universidades e institutos federais de educação para a oferta desses cursos.

**Fig. 17: Viagem durante o curso de Licenciatura em Educação Física pelo IFPB**



Fonte: Arquivo Particular

Aqui se insere o contexto de atuação da minha vida profissional, em que sempre trabalhei junto às escolas no contexto de Educação Física sem ter nenhuma formação na área. Pelo contrário: minha formação inicial esteve na área de Pedagogia, como já foi relatado nos

---

<sup>12</sup> Para saber mais, consultar <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor..>



capítulos anteriores; e quando ocorreu a oportunidade de ingressar no curso de formação em Licenciatura em Educação Física através da PARFOR, eu estava disposta a me redirecionar em aprender, participar e igualar aos outros profissionais que trabalhavam lado a lado comigo na mesma escola. Sentia-me como “a ovelha negra”, atrasada no tempo pedagógico. Contudo, depois de anos afastada de formações, foi necessário muita pressão por parte das demandas profissionais e o apoio por parte de amigos e familiares para que eu pudesse adentrar no novo universo estudantil.

Nesta mesma época, foi publicado o Decreto n. 6.094, de 24 de maio de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, explicitando a aderência nacional às orientações do Fórum Mundial de Educação, promovido pela UNESCO em Dakar, Senegal (BRASIL, 2007b). No âmbito do compromisso estruturado pelo referido Decreto, além da criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), da instituição de comitês de acompanhamento do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e da assistência técnica e financeira da União para promover a qualidade da educação nos municípios e estados brasileiros, foram viabilizadas adesões voluntárias dos entes federados ao Compromisso por meio dos Planos de Ações Articuladas (PAR). Tais planos, além da liberação de recursos financeiros, têm como propósito a reflexão sobre as necessidades e aspirações locais, suas demandas, prioridades e metodologias para a adoção de ações que assegurem a melhoria da qualidade da educação básica.

Além disso, há que se destacar o interesse da CAPES em consolidar seu papel como agência voltada à preparação de quadros qualificados para o exercício da docência. A tradição da CAPES era atuar na qualificação de professores para a educação superior, entre outros profissionais de alto nível. Porém, com a emergência da centralidade da qualidade da educação básica no atual estágio do capitalismo brasileiro, reforçada por ideias de especialistas internacionais, esse nível de educação passou a fazer parte do horizonte das ações de formação empreendidas pela agência, inclusão esta que foi oficialmente institucionalizada pela Lei n. 11.502, de 11 de julho de 2007 (BRASIL, 2007a).

Assim, parecem contribuir para o surgimento do PARFOR e, dentro dele, do PARFOR Presencial como política pública na área educacional. Vale pontuar, ainda, que a configuração de forças que contribuíram para a implementação pelo governo brasileiro de ações de formação de professores contrariou a abordagem feita por Souza (2006). Segundo essa autora, uma política pública, depois de desenhada e formulada, desdobra-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. No caso do PARFOR não houve essa linearidade na sua formulação como política pública: primeiro foram criados



programas e ações de forma pulverizada e, posteriormente, tais atividades foram institucionalizadas como parte de uma política.

O (re)lançamento de programas em desenvolvimento com um mesmo “rótulo” – PARFOR – não garantiu mecanismos de integração. Tanto que houve a necessidade de individualizar as novas ações que, efetivamente, tiveram início a partir da Portaria Normativa n. 9, de 30 de junho de 2009 (BRASIL, 2009b), denominando-as PARFOR Presencial, uma vez que elas não se misturavam com as demais ações que já estavam sendo desenvolvidas.

De toda forma, independentemente da natureza institucional da oferta, a preocupação com a qualidade dos cursos de formação disponibilizados aos professores das redes públicas de educação básica parece ser um elemento-chave para garantir a equidade entre os docentes, que, por sua vez, se reverte em oportunidade para o desenvolvimento da educação básica de forma harmônica em todo o país. Essa assertiva se justifica tendo em vista a discussão sobre o projeto pedagógico dos cursos durante o I Encontro do PARFOR, promovido pela CAPES entre os dias 21 e 22 de setembro de 2011.

Para a execução da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica – PARFOR, foi implementado o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica que é resultado de um conjunto de ações do Ministério da Educação (MEC), em regime de colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e as Instituições de Educação Superior (IES). (...) A meta é diminuir o déficit de professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais que atuam sem formação adequada às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1996). Trata-se, desse modo, de um esforço histórico inédito de articulação envolvendo as diferentes esferas responsáveis pela gestão de políticas públicas relacionadas à formação, num fim único, que é a melhoria da qualidade da educação brasileira. (TEATINI, 2010, p. 157)

A partir de suas colocações, podemos avaliar os desafios e as possibilidades de mudança, especialmente em relação à consolidação do regime de colaboração, à ampliação de professores qualificados e à instituição e regulamentação de uma gestão de políticas públicas relacionadas à formação para a melhoria da qualidade da educação brasileira, conforme citação acima. Para gestar, então, esta política de formação, o Decreto 6.755/09, em seu art. 4º, menciona a criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente.

O PARFOR revolucionou a minha vida. Tirou-me do comodismo de outros tempos e de outros modos de ensinar para me reciclar, me envolver num mundo educacional onde eu ensino à medida que eu aprendo. Os temas levados para minha sala de aula não são os meus temas, e sim os temas dos meus alunos – e que entram no meu fazer pedagógico na

perspectiva de um rodízio de aprendizagens, deles e minha.

Na escola onde leciono, a disciplina de Educação Física está sempre presente no cotidiano escolar. O destaque anual está na semana de jogos integrados. Com a minha inserção no PARFOR, tornou-se rotina colocar a disciplina no roteiro de projetos e discussões pedagógicas, o que não acontecia antes de minha formação profissional, pois via a minha própria disciplina como algo à parte da escola e de suas atividades; era como uma prática extracurricular.

Existem grandes dificuldades no cotidiano escolar que são sanadas aqui ou ali, mas se fazem presentes na maioria das escolas que ouvi relatos, em contato com outros professores de toda a região do alto sertão, através da PARFOR.

Na detecção de principais problemas firmamos a falta de motivação dos alunos para as aulas de Educação Física: não se preocupam em participar das aulas, faltam e prejudicam o andamento das atividades. As aulas práticas de Educação Física normalmente são em horário oposto a de aulas de outras disciplinas o que gera contratempos para a mobilidade dos alunos. Os alunos tentam obter a média para não reprovar e nada mais. Alguns alunos da zona rural pedem dispensa das aulas devido ao deslocamento. Outros alunos, da zona urbana, pedem dispensa das aulas devido à conciliação ao horário de trabalho. Assim, a soma de alunos das turmas que frequentam as aulas teóricas é maior que a soma que frequenta as aulas práticas da disciplina de Educação Física.

As aulas teóricas podem ser planejadas seguindo uma linearidade e adequação de conhecimentos a cada ano letivo, porém, nas aulas práticas, existe a dificuldade de aprofundar um conteúdo quando existe uma turma avançada juntamente com outra que começou suas aulas neste mesmo ano. Outra dificuldade é que os alunos já chegam às aulas querendo “jogar bola”, ou seja, eles querem brincar livremente, como faziam em anos anteriores do Ensino Fundamental, ficando um desafio para o professor: retirar os costumes de brincadeiras na hora da aula, focando no conteúdo a ser trabalhado em cada aula e de acordo com o nível a ser desenvolvido.

A elaboração dos planos didáticos para cada série, de acordo com seu ciclo, com seus direcionamentos e necessidades de cada turma é um desafio para o professor de Educação Física, considerando que o trabalho é diferenciado de outras disciplinas no tocante às turmas de alunos que tem suas aulas juntamente com alunos de outras turmas.

A instituição formadora e a escola teriam que propiciar, regularmente, um tempo para que os professores pudessem discutir as informações, trocar experiências, descrever as situações didáticas, registrar suas vivências e aprender a sua profissão. Esse seria um modo de

colocar em pauta, discutir, denunciar e superar muitos dos problemas que são impostos aos professores (ora por orientações legais, ora pela própria realidade). Enfim, seria preciso motivar mudanças que impliquem no aprendizado mútuo.

Em suma, temos que a formação do professor, a minha formação, vai de encontro com o que o profissional pode oferecer aos alunos e interagir com eles num processo de ensino e aprendizagem mútuo. O profissional se responsabiliza por ensinar os conteúdos construídos historicamente pela humanidade de modo que o aluno se aproprie individualmente desse conhecimento. Contudo, é necessária uma formação que possibilite esse processo. Assim, é preciso que esta formação profissional capacite o professor a ser agente de transformação pedagógica. O PARFOR me ajudou a ser um agente transformador de minha posição profissional e, por sua vez, transformar o meu modo de ensinar e de favorecer a aprendizagem de meus alunos, baseando-me no princípio de educar para a cidadania, a espelho do que fui educada.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função social da escola é de proporcionar ao ser humano a apropriação do conhecimento produzido social e historicamente. Nos bancos escolares aprendi a ser eu, a ser a Maria Alzira, professora de Educação Física da Escola Elaine Soares Brasileiro.

A educação é fator de grande importância para o desenvolvimento humano e tem como protagonista o professor; entretanto, nos dias atuais, este tem o foco nas suas práticas pedagógicas e consequente desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos alunos. Para tal tarefa, o professor deve ter o domínio de conhecimentos cientificamente construídos, bem como de metodologias que vão de encontro a esta atividade.

As experiências vividas no ensino superior ligado à Licenciatura em Educação Física e cursado pelo PARFOR proporcionaram oferecer novos elementos para as ações pedagógicas não apenas para mim, mas a cada aluno que passou pela instituição (IFPB), ampliando o leque de compreensão e possibilidades dos múltiplos fatores que envolvem o trabalho docente. O professor da educação básica precisa de formação inicial e continuada de boa qualidade, também adequada ao horário de trabalho e envolvida com a rotina de sala de aula, de modo a construir uma efetiva educação de qualidade e com vistas ao desenvolvimento humano.

O ideal do professor é formar todas as profissões; mas antes ele tem que se formar e estar informado. A valorização nos estudos (e consequentemente na carreira profissional) dos professores é um investimento que o setor público executa para a sociedade. As gerações precisam de professores que sejam habilitados e qualificados, além de poderem ser aqueles que façam o seu trabalho com dedicação e amor a fazer a educação a cada dia, a cada ano letivo. E isso me faz contemplada, pois a história da minha vida está unida à história da minha profissão e, ultimamente, à minha história enquanto aluna da primeira turma do curso de Licenciatura em Educação Física oferecida pelo PARFOR no IFPB Campus Sousa.

## 7. REFERÊNCIAS

### Documentos impressos

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. São Paulo: ARS Poética Editorial LTDA, 1994.

\_\_\_\_\_. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: ARS Poética Editorial LTDA, 1995.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. Recife: Olho D'água, 1997

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

LOPES, Fernanda Tabaral. MAGESTE, Giselle de Sousa. **O uso das histórias de vida nos estudos organizacionais**. I Encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade. Recife: EnEPQ, 2007.

PRATES, Maria Tereza Blini. **Histórias de vida: uma opção metodológica na pesquisa educacional sobre a profissão docente**. Programa de Pós-Graduação em Educação da ULBRA/CANOAS, Apoio Técnico-Pedagógico - URCAMP/São Gabriel.

ROSA, Paulo. **Fontes do pensamento de Paulo Freire**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 36 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Cultura S/A, 2017.

SILVA, Haike Roselane Kleber. **Considerações e confusões em torno de história oral, história de vida e biografia**. MÉTIS: história & cultura v. 1, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 2002

### Documentos digitais

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC. Disponível em [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br) Acesso em 23 abr 2017.

PARFOR Presencial [www.capes.gov.br/educacao-basica](http://www.capes.gov.br/educacao-basica). Acesso em 20 mar 2017.